

KIKA MANDALOUFAS
é graduanda do curso de
Jornalismo da ECA-USP.

**MARIA EUGÊNIA DE
MENEZES** é jornalista
formada pela ECA-USP.

KIKA MANDALOUFAS E MARIA EUGÊNIA DE MENEZES

As Humanidades e as Artes

Na década de 30, quando o máximo que se tinha no país era um pensamento conservador bem articulado, ares de modernidade e de um radicalismo intelectual começaram a soprar entre nós.

São Paulo, é bem verdade, já tinha escolas de direito, medicina e engenharia, mas, depois do golpe sofrido com a derrota para Vargas na Revolução Constitucionalista, ressentia-se cada vez mais da falta de uma universidade. Para concretizar o anseio, recuperar o tempo perdido em um ecletismo exagerado e integrar a totalidade dos conhecimentos humanos, criou-se, em 1934, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Quando a viu pela primeira vez, deparando-se com as paredes brancas e as grandes colunas que até hoje ornamentam o célebre prédio da rua Maria Antonia, ele se sentiu como se estivesse diante de um antigo templo grego erguido para cultuar um único deus: o saber. O ano era 1961 e o então aluno César Ades dirigia-se à Faculdade para assistir às primeiras aulas da quarta turma do curso de Psicologia da USP. Era o início de sua relação com a Universidade. Uma relação de mais de 40 anos, que, apesar de longa, não parece ter sofrido o desgaste que costuma tirar dos olhos o brilho dos primeiros encontros. Quando Ades fala hoje, como professor e diretor do Instituto de Psicologia, sobre a USP atual, imensamente maior e mais complexa do que aquela que o recebeu, manifesta esse mesmo entusiasmo que esboçou diante do “templo”.

Isso não o impede, no entanto, de enxergar com crítica essa instituição que agora completa seus 70 anos cheia de questões a serem respondidas. Como manter viva a tradição da pesquisa e colocá-la no contexto internacional, atualmente imprescindível, em uma universidade pública de um país subdesenvolvido? E, ainda, como contornar a departamentalização do saber que, principalmente na área das humanas, tanto afasta a Universidade de seu caráter “universal”?

A maior dificuldade vivida atualmente pela área de humanas da USP, no entanto, parece ser a de se legitimar. Se pensarmos o espírito que inspirou a criação da Universidade, a intenção de que servisse à indagação da realidade brasileira e para construção de um pensamento reflexivo, pode-se perguntar que lugar as humanidades, antes prata da casa, ocupam hoje entre nós. Que espaço lhes coube?

“As humanidades e a cultura têm hoje, dentro da Universidade, uma importância muito relativa, mediada pela economia e pelas ciências ditas exatas”, diz João Adolfo Hansen, professor de Literatura Brasileira da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. “Elas, que até os anos 80 tinham um sentido crítico, de transformação, perderam muito da sua importância objetiva e passaram a ser vistas apenas como divertimento, como espetáculo.” Para ele, no entanto, essa situação marginal a que foram relegadas as ciências humanas só pode ser entendida dentro de um panorama



mais amplo, relacionada a uma mudança mundial que ocorreu no capitalismo e na cultura, que não mais propõe a contestação e sim o conformismo.

Com um sorriso de ironia, que lhe toma o canto da boca, e um ar tranqüilo, como se falasse de amenidades, Hansen afirma nossa falência, a ruína dos sistemas, da crítica literária, da universidade. No Departamento de Letras Clássicas, há 23 anos, ele diz ter percebido nesse tempo uma burocratização crescente da Universidade que estaria, pouco a pouco, deixando sua postura crítica para se tornar “tecnocrata, adequada, inserida”. Essa transformação sente-se nos próprios alunos que hoje experimentam a literatura de uma outra maneira, não mais como uma experiência política ou transformadora da própria vida, mas como uma simples disciplina.

Não se trata, entretanto, de uma crise adaptativa, parte de toda transformação, mas de uma crise existencial, de identidade, que coloca em questionamento os valores fundamentais das humanidades. Se por um lado essas áreas tentam sobreviver mantendo vivo o legado que carregaram até agora, por outro vão se adaptando para conseguir legitimidade.

A Universidade mudou. Cresceu muito, suas atividades foram sistematizadas. O lastro de pesquisa é maior. Essa expansão, no entanto, seguiu um modelo muito mais compatível com a matemática ou a física do que com as humanidades. O diagnóstico é de quem viu de perto mais da metade da história da USP. Somado o tempo em que foi aluno do antigo Colégio de Aplicação, depois da Politécnica, da ECA, e finalmente professor do Departamento de Cinema, Ismail Xavier está na Universidade há 40 anos. Para ele, essa importação de protocolos e formas de avaliação das exatas – obra não apenas da Universidade, mas também das agências de fomento – gera uma uniformização de padrões que nem sempre são benéficos. Uma espécie de industrialização do saber.

Um trabalho em letras ou em artes exigiria um amadurecimento e um ritmo diferentes do de um trabalho em que já se entra



Foto: Arquivo CCS/Argus

no laboratório com uma demarcação muito nítida dos elementos que estão em jogo. As humanidades têm um outro tempo. Com a redução dos prazos, existe uma obsessão pela demarcação das variáveis e a redução do campo, o que leva a pesquisa a se empobrecer e a estreitar seus horizontes. Para o ensino, isso significa uma reformulação dos currículos a fim de produzir cursos mais voltados para a aplicação prática da formação profissional, no sentido mais estrito da expressão.

A burocracia excessiva é um problema que caminha ao lado deste. Aulas na graduação e na pós, bancas de teses, congressos, relatórios e relatórios de prestação de contas. Pelo seu próprio gigantismo e com o excesso de critérios de produtividade a serem cumpridos, a USP faz, segundo Xavier, com que seus professores se deixem absorver pela rotina. Levam seus cursos da maneira mais convencional possível, e abandonam uma postura mais reflexiva. Ele faz questão de ressaltar que não é contra as avaliações, e sim quanto à forma como elas vêm sendo feitas, controlando pela quantidade. “É fácil hoje você fazer um trabalho inútil e dar a impressão de que é muito produtivo. Basta enveredar por um campo relativamente seguro, e que aparenta resultados. Toda hora você está publicando artigos, e com rapidez dá a impressão de que está cumprindo etapas e é um professor exemplar.”

Pautada por essa visão utilitarista, a Universidade incorre no risco de desprezar aquilo que não lhe dê um retorno imediato e rentável, caso das humanidades. Quando se fala sobre o lugar ou a função das ciências humanas e da cultura, Luiz Jean Lauand, professor da Faculdade de Educação e estudioso da história das humanidades, gosta de lembrar que elas são o “inútil indispensável”.

“A Universidade é importante ainda que ela não gere divisas, ela é um valor em si”, sentencia Teixeira Coelho. Dito isso, marcada a sua posição, o professor de Política e Ação Cultural da Escola de Comunicações e Artes (ECA) e ex-diretor do Museu de Arte Contemporânea (MAC-USP), explica que, ainda que se use um critério utilitarista, é possível defender um lugar para a cultura e as artes dentro da Universidade. A cultura geraria capital sim, e muito. Segundo estimativas do próprio governo federal, empregaria no Brasil três vezes mais do que a indústria automobilística. A Universidade, no entanto, reservaria para ela um lugar muito pequeno. A cultura seria pensada apenas como extensão, como resposta à comunidade. Uma contradição, já que ela se desculturaliza internamente e

acredita ter o que levar para fora. Teixeira ressalta que a Universidade mantém órgãos culturais importantes, como o MAC e a Orquestra Sinfônica, mas lembra que a cultura não faz parte do seu cotidiano e não está presente nas suas atividades de ensino. Essa ausência não seria apenas responsabilidade da academia, ela sofreria com a falta da cultura e da arte nos ciclos anteriores de educação, mas a USP, com o capital de conhecimento que acumulou, poderia ou- sar, culturalizar o seu ensino e ser efetivamente um laboratório de idéias.

Hoje, dado o caráter flexível da cultura, os cursos não deveriam se manter iguais por muito tempo. “Em um curso de humanidades ou artes o conteúdo está sendo alterado o tempo todo. As próprias profissões e os cursos de pós-graduação tinham que mudar. Nessas áreas não existem regras nem modelos. Errar em humanidades é inevitável e é bom, para que haja um espaço para criar.”

Aluno da primeira turma da então Escola de Comunicações Culturais (ECC) – trocou, em 1967, o curso de Direito na São Francisco pela recém-criada Faculdade –, Teixeira Coelho acredita que hoje a Universidade esteja funcionando por um mecanismo de repetição, presa a um discurso racionalista de eficácia, muito ciosa das mudanças e sem coragem de buscar um caminho novo.

A preocupação de Coelho encontra ecos não só entre seus colegas, mas entre os potenciais futuros docentes e pesquisadores da Universidade. Márcia Burcettino Melhado, aluna de pós-graduação do Departamento de Psicologia Experimental, por exemplo, coloca essa como sua principal inquietação quando se imagina profissionalmente daqui a dez anos. Ela desenvolve, atualmente, uma pesquisa sobre “falsa memória”, um fenômeno psicológico que nos faz construir lembranças de fatos que na verdade não ocorreram, e escolheu abordar o tema por um viés mais teórico. Não significa dizer que o estudo não possa resultar em aplicações concretas, muito pelo contrário, mas que há um privilégio da idéia teórica. Esse “prestígio da teoria”, como

escolheu chamar o professor César, se repete em incontáveis estudos realizados dentro da Universidade e não é apenas uma questão de abordagem.

No caso da USP é, na verdade, uma tradição. “Trata-se”, segundo o professor César, “da conservação dos ideais que levaram à criação da Universidade e da própria Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras”, sua unidade-mãe, que sozinha, como se fosse uma universidade em miniatura, provocou “um surto intelectual sem paralelos na história intelectual do país”, escreveu o sociólogo Florestan Fernandes.

Hoje, quem procurar por ela encontrará, na Cidade Universitária, com quase o mesmo nome, em três prédios de concreto, dispostos lado a lado, a sua remanescente, a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Passados 70 anos, as chamadas humanidades mudaram: trocaram de endereço, ganharam também novos institutos (as artes, as comunicações, a arquitetura, a economia, têm hoje suas escolas no *campus*), no entanto, há de se pensar que a mudança não foi só de espaços e nomes.

Diante do mundo contemporâneo, muito complexo e fragmentando, o trabalho intelectual teria abandonado aquela ambição totalizadora trilhando um caminho de especialização excessiva. “É básico você ter uma especialidade, ser competente em alguma coisa, mas é meio estúpido achar que o pequeno mundo em que você vive, seja ele qual for, é a realidade inteira. Isso facilmente produz uma alienação com relação ao conjunto, às mediações sociais do que você faz.” Segundo Hansen, existe um desejo de isenção na pesquisa que é feita hoje, o que impediria a construção de boas análises. “Não se pode pensar uma cultura neutra. Quando se estuda uma molécula, evidentemente ela não é marxista, nem cristã e se pode, talvez, fazer um trabalho objetivo. Agora, nas humanas, a nossa matéria são interpretações que já são posições situadas na cultura. Então o pesquisador também se vê obrigado a se situar, não pode ficar no muro.” Hansen indica que as mudanças políticas alteraram não só o trabalho do crí-

tico, mas também o do escritor, uma vez que a literatura não estaria pautada por questões atemporais, mas sempre marcada pela história. A realidade ficou tão complicada que para qualquer escritor parece impossível dar conta dela toda, ele vai falar sobre uma fatia, pequenas questões, e para grupos setorializados de leitores. A figura do intelectual que alcança toda a massa e que com o seu pensamento é capaz de organizar o sentido da cultura e da história acabou.

Da mesma forma, a idéia que imperava desde o século XVIII, de que a arte é capaz de transformar a vida, teria caído nos anos 80. O escritor saberia que, mesmo que promova uma revolução estética, a sociedade e as relações econômicas continuam as mesmas. O professor explica que, entretanto, a literatura continua tendo uma função e um poder muito grande: “Ela tem o privilégio, em um mundo que está reduzido ao valor de troca, de afirmar a força do inútil. Além disso, ela nos desautomatiza dos hábitos, mostra que eles não são naturais mas produzidos socialmente”.

Diante de uma nova literatura, uma nova crítica ainda estaria por se fazer, explica. A Universidade não poderia se conformar apenas em guardar o conhecimento já produzido, seria preciso experimentar, discutir e intervir no seu tempo. Como julgar o que é feito hoje com critérios do passado? “Estariamos sendo injustos com os novos escritores e anacrônicos, muito presos ainda aos anos 60. O que falta são conceitos críticos nascidos da nossa circunstância, da nossa situação.”

O vínculo que a Universidade mantém com o seu tempo é uma questão que preocupa também Maria Lígia Prado, professora do Departamento de História da FFLCH. Ela acredita que, em cada tempo, a academia pode assumir funções diferentes mas não está nunca solta no ar, desligada da sociedade em que vive. Estudante da geração de 1968, Maria Lígia diz ter sentido nesse período uma alteração radical do lugar que a política ocupa no trabalho intelectual: a relação, antes direta, que fazia entre o trabalho do historiador e a transfor-

mação social foi bastante matizada. “A gente amadurece e fica menos onipotente”, diz. No entanto, dedicada ao estudo da América Latina desde que começou sua carreira como professora da USP, em 1975, ela explica que o comprometimento continua no seu horizonte.

Declaradamente uma otimista, ela acredita que seu departamento tenha hoje, do ponto de vista acadêmico, uma qualidade superior à do período em que era aluna. “Havia professores maravilhosos, mas eram alguns. A média nesses anos subiu.” Uma outra qualidade conquistada seria a pluralidade das linhas de pesquisa. Pode-se encontrar pelos corredores do prédio da História desde professores que permanecem fiéis à linha marxista, ou os que continuam com grandes temas e estruturas, até aqueles que aderiram às novas abordagens, trabalhando com história oral ou história da vida privada.

A burocratização do conhecimento, o desprezo pelas humanidades e a ameaça ao seu sentido público não deixam de aparecer no retrato que essa professora de história pinta da Universidade, as tintas, talvez, é que sejam um pouco menos carregadas.

Por outro lado, para Maria Tereza Leme Fleury, atual diretora da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA), essa comparação entre a USP de então e a Universidade de hoje é impossível de ser feita. “Eu não consigo dizer se era melhor ou se era pior. Eu acho que era diferente. E isso, no fundo, é a coisa mais maravilhosa da Universidade. Ela é sempre renovada, sempre repensada. O novo sempre se repropõe. Acho que é isso que nos motiva tanto a continuar aqui dentro. Estar sempre aprendendo coisas novas”, conta com um certo entusiasmo.

Ela diz isso com toda autoridade, já que está na USP desde 1968 quando ingressou como graduanda de Ciências Sociais ainda lá na Maria Antonia. O mestrado e o doutorado Maria Tereza também fez em sociologia, mas o seu contato com a economia e a administração já se fazia presente. “Eu já trabalhava na interface da sociologia com a economia e a administração.” Por que,

então, ir para a FEA? “Eu estava numa fase muito específica da minha vida, em que sentia que tinha esgotado a sociologia da denúncia, queria muito mais colocar a mão na massa e ver se dava pra fazer as coisas acontecerem. Senti que aqui na FEA eu tinha espaço para isso”, explica acrescentando que essa sensação realmente acabou se confirmando.

A despeito dos problemas, a USP, justamente por ser uma universidade pública, permanece como uma referência pela produção do conhecimento crítico, pela pesquisa sem interesses mercadológicos e por oferecer aos seus estudantes uma formação mais ampla, para além de suas especialidades. Esse contato com a totalidade do conhecimento é para Lauand, a própria essência da universidade e a USP uma das poucas reservas desse espírito.

Além de um legado, esse traço característico da USP é, ainda hoje, o motivo que leva muitas pessoas a escolherem essa e não outras universidades para desenvolver seus trabalhos. Rosana de Lima Soares, que passou recentemente no concurso tornando-se professora da Escola de Comunicações e Artes, se sentiu atraída pelo curso de Filosofia da Universidade por ele oferecer uma formação mais teórica, mais humanista, que considerava essencial. “Quando cheguei na USP eu falei: agora, sim, eu estou na Universidade”, conta a jovem professora que, na época, já cursava uma outra faculdade particular.

Hoje, quize anos mais tarde, Rosana vê a oportunidade de dar continuidade à existência da Universidade que tanto a deslumbrou nos seus anos de estudante. Ela não se assusta diante do longo trabalho que terá pela frente e não pretende desistir no meio do caminho. Por quê? Por determinação. Por carinho. “Eu desenvolvi uma relação afetiva com a USP e me vejo aqui até velhinha, assim, na compulsória se eu não estiver muito caduquinha”, prevê sorrindo e completa: “a perspectiva é de muito trabalho e de muito aprendizado”.

Com o frescor que costuma acompanhar os jovens profissionais, Rosana lança longe o olhar quando pensa no futuro. Mas,

na perspectiva de seus projetos, não tira de vista tudo o que aprendeu com aqueles que foram seus professores. “Aqui na Universidade, o conhecimento é sempre adquirido por transmissão, através de uma pessoa mais experiente, e isso é muito importante”, afirma referindo-se aos seus atuais colegas e aos primeiros professores que teve na USP, nomes que até então só conhecia das referências bibliográficas.

Quanto à fragmentação do conhecimento, Rosana reconhece que sua área de atuação é privilegiada e constitui quase uma exceção. “O campo da comunicação tem como ponto forte o fato de exigir que você converse com gente de outra área. A transdisciplinaridade é, até certo ponto, inerente à comunicação”, afirma concluindo que em outras áreas essa troca de informações depende muito da vontade de cada um.

Um outro jovem professor, este vindo de um pouco mais longe, compartilha com Rosana alguns de seus primeiros deslumbres diante da USP. Quando chegou de Recife o já arquiteto José Tavares Correia de Lira buscava uma universidade para fazer seu mestrado. Acabou vindo para a USP, terminou o mestrado, o doutorado, além de outro curso de graduação: o de Filosofia. “Não resisti”, conta acrescentando que o que começou com uma digressão acabou sendo uma experiência fundamental. Apesar de não conseguir pontuar exatamente o que em suas aulas – que está ministrando na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo há seis meses – vem da arquitetura e o que vem da filosofia sabe que foi uma vivência singular.

Entre as diversas universidades que visitou, Lira conta que acabou escolhendo a USP pela concentração de uma massa crítica em várias áreas do conhecimento que sentia haver aqui. Confessa que não tinha uma idéia muito clara do que era a Universidade e que a consciência da dimensão da instituição que acabara de adentrar só foi surgindo aos poucos. “Entre aqui e fui em busca da USP. Tive logo um encantamento pelas ofertas e pelas possibilidades de conhecimento”, lembra. “Acho que a Faculdade de Filosofia e a força inaugural que

ela tem foram essenciais nesse processo.”

Um outro exemplo de transdisciplinaridade é a trajetória de José Mauro Gnaspini, que foi da Faculdade do Largo São Francisco para a ECA buscar, no Departamento de Cinema, o lugar e o orientador para sua dissertação de mestrado. Interessado na questão do direito de autor, estudou o polêmico curta metragem *Di*, de Glauber Rocha. Realizado durante o enterro do pintor Emiliano Di Cavalcanti, o filme estava interdito por decisão judicial desde 1981, mas com seu trabalho o advogado conseguiu provar que não havia sustentação legal para a proibição. Hoje, *Di* está liberado para exibição. Assim como os professores, Gnaspini aponta a fragmentação do conhecimento como um grande problema: “Exige-se dos alunos, já desde o ensino médio e no próprio vestibular, que sejam cada vez mais especializados, que tomem caminhos cada vez mais específicos quando muitas vezes os grandes progressos da ciência nascem justamente da conexão entre áreas do conhecimento”. A USP, no entanto, ainda proporcionaria uma formação menos técnica e específica e, se não incentiva devidamente trabalhos interdisciplinares como o seu, ao menos deixa aberta a possibilidade de que se realizem.

Na fronteira entre uma área do conhecimento e as outras, trabalha Fernanda Arêas Peixoto. Nova no Departamento de Antropologia, onde está há menos de dois anos, ela estuda justamente a colaboração entre os estudos sociais e literários. Foi só com a criação da USP, nos anos 30, que os limites entre cada campo – sociológico, antropológico, literário – começaram a se delinear e eles ganharam discursos específicos. Fernanda está interessada justamente nos anos anteriores a essa divisão e em descobrir como a especialização do trabalho intelectual trouxe novas questões.

Também na fronteira entre duas áreas do conhecimento desenvolveu-se toda a carreira da professora Maria Ruth Amaral de Sampaio. Ela é socióloga de formação, mas trabalhou toda sua vida na FAU. Da união dessas duas áreas surgiu o tema central de praticamente todos os seus trabalhos:

a habitação popular. Recém-aposentada e extremamente ativa, Maria Ruth acha que o fim do conhecimento se dá na prática, na aplicação, e que a realidade requer soluções interdisciplinares. Com isso em mente, sempre acha um motivo para tirar seus alunos da sala de aula e levá-los a campo. “Eu gosto muito do trabalho atuante e acho que os alunos aproveitam horrores”, conta.

Além de uma fonte de motivação para os alunos, a atuação em sociedade é para Maria Ruth uma forma de a universidade pública prestar contas. Mas não só. É na sociedade que a universidade tem que buscar, segundo ela, os seus temas de pesquisa. “Dessa pesquisa, dessa vivência, nasce um conhecimento e esse conhecimento pode alimentar o próprio currículo da escola fechando o ciclo”, explica na teoria o que tem feito na prática desde que foi convidada pelo professor Nestor Goulart Reis a integrar o Departamento de História da FAU, que estava sendo criado.

Uma situação de impasse, de ruptura. Onde a USP estará no futuro? A grande expectativa da professora Maria Teresa é que a USP continue sendo uma universidade de pesquisa. “Eu acho que esse é o maior diferencial nosso”, justifica. O jovem professor José Lira espera da Universidade que, de um lado, lhe permita desenvolver a pesquisa e o conhecimento com a liberdade e a criatividade que são a seiva da Universidade e que, de outro, estreite seus laços com a sociedade. Mas para onde o futuro levará a Universidade? “Impossível saber. Depende do que escolher fazer, que direção resolver tomar”, parece ser a resposta mais consensual de professores e pesquisadores, ainda que, em humanidades, é bom lembrar, unanimidade não exista.

Renato Janine Ribeiro, professor do Departamento de Filosofia, acha que o velho pode prevalecer, ele sempre pode, mas que poucas vezes tivemos como agora a possibilidade de mudar. Depois da falência dos dois grandes sistemas de explicação do mundo – o marxismo e depois o neoliberalismo –, todo um espaço foi deixado em branco. Diante dele e da instabilidade que traz, podemos, cheios de pavor,

lamentar. A outra opção é aproveitar a ausência das amarras e criar não um, mas vários caminhos novos.

Quando a desordem deixa de ser eventual para se tornar a própria marca de nosso tempo, uma postura que tente barrar o imprevisto perde o sentido. Sem parâmetros definidos, sem meios de prever o que será o mundo e a Universidade daqui a 20 ou 30 anos, a idéia é apostar no risco. Dentro dessa perspectiva, a maneira como a Universidade se organizou, confiando os saberes em departamentos que não dialogam entre si, não faz muito sentido. Responsável pelo projeto de um curso interdisciplinar em humanidades na USP, Janine acredita que só aberto ao inesperado o cientista pode produzir o novo.

“Estamos vivendo mudanças estrondosas e há toda uma parte do mundo, até mesmo acadêmico, que não toma conhecimento disso, o que é espantoso.” Ele se lembra de que desde que entrou na USP como aluno, em 1968, a idéia que pairava no ar era a de que não havia mais filosofia a se fazer, restava apenas estudar o que já fora escrito, a história da filosofia. A tendência parece continuar e, ainda que o departamento ofereça um curso de alta qualidade, talvez o melhor do país, fica-se restrito muitas vezes ao estudo dos autores sem que haja espaço para a construção de um pensamento não-trivial. “As pessoas têm uma formação sólida, mas, ao invés de irem nadar em grandes questões, buscam assuntos muito específicos, detalhados. Tem-se um aparato fabuloso e o que sai como resultado é pífio. É como se uma montanha ficasse parindo ratinhos.”

Surgiu o virtual, o Estado Nacional caiu. Bastaria olhar para isso para saber que a filosofia está diante de uma série de novas questões. Deixando as amarras, os intelectuais teriam uma missão, enfrentar o contemporâneo, o aqui e o agora, para construir uma história do presente. De um lado, demonstram saber que mudanças são necessárias e inevitáveis, de outro, parecem ter um saudosismo de um tempo que não chegaram a viver, mas cujos valores agora vêm reproduzidos neles mesmos.